



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 09 DE ABRIL DE 1984

ANO X

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10ª LEGISLATURA

ATA DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 09 DE ABRIL DE 1984.

SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Márcio Almeida e Erondy Silvério.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte, Wilson Fortes e Antônio Belinati. (58)

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da Sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Telex:

TELEX

Senhor Presidente:

COMITE SUPRA PARTIDARIO ELEICOES DIRETAS - PRO-DIRETAS PDS VG PMDB VG PDT VG PTB VG OAB VG ABI VG ANDES VG CUT VG UNE CONCLAT - CONVIDA DEPUTADOS ESTADUAIS REUNIAO BRASILIA PROXIMO DIA 11 VG 15:00 H VG AUDITORIO NEREU RAMOS VG CAMARA DOS DEPUTADOS VG OBJETIVO MEDIDAS APROVACAO EMENDA DIRETAS PT

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) AIRTON SOARES

Secretário do Comitê Supra-Partidário das Eleições Diretas.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, na qualidade de Líder do PDS, indica o nome do Senador Deputado Gabriel Manoel para substituir o Senhor Deputado Donato Gulin, como

titular na Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá estudar irregularidades do "jogo do bicho".

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Líder do PDS

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Jorge Halik, ocorrido no dia três (3) próximo passado, na Cidade de Santa Izabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Pioneiro da região, batalhador incansável na defesa e no engrandecimento do esporte amador em Santa Izabel do Ivaí.

Jorge Halik, era casado e deixa profunda consternação a seus familiares, como também, ao seu numeroso círculo de amigos, pois sua marcante personalidade irradiava serenidade e confiança às pessoas.

Outrossim, Requer ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, através da Câmara Municipal de Santa Izabel do Ivaí.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIREMOS, com base no Regimento Interno, destaque para a votação na Proposição nº 147/83, sobre as expressões "ad - referendum" da Assembléia Legislativa, constante do "Caput" do art. 5º, do Projeto de Lei nº 158/83, veto parcial do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(aa) MÁRIO PEREIRA e CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulação à "TELEVISÃO PARANAENSE CANAL 12", com sede em Curitiba, pela estréia do programa denominado "Projeto Zero a 6 - Primeiro Mundo", lançado recentemente, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO, Diretor Presidente daquela emissora de televisão

Trata-se de uma realização destinada aos pais de família, que objetiva oferecer uma nova dimensão em termos de formação integral, aos adolescentes. Contando com a cooperação do Ministério da Educação e Cultura, pela Secretaria de Ensino de Primeiro e Segundo Grau, Fundação de Televisão Educativa e com a Fundação Roberto Marinho.

Pela televisão, por onde chegará a muitos lares paranaenses, com o objetivo de expandir pela via supletiva, uma educação, atingindo as crianças em idade pré-escolar.

Espera-se portanto, que este programa não apenas alcance as metas previamente estabelecidas, e sim concretize novos pontos de relevância no contexto cultural, em termos de Estado do

Paraná, assim como a nível nacional.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata da presente sessão, voto de regozijo pelas comemorações alusivas aos 165 anos de fundação do promissor Município de PALMEIRA, levadas a efeito no dia 7 do mês em curso.

REQUER, ainda, que desta decisão, seja dado a ciência ao Senhor Prefeito Municipal, Mussoline Mansani e ao Senhor Presidente da Câmara, Aleixo Karas.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário inserção no Ata da presente Sessão de um voto de regozijo pelo transcurso do 165º - centésimo sexagésimo quinto aniversário do Município de Palmeiras.

As autoridades municipais realizaram, durante a semana compreendida entre os dias 5 e 8 do corrente mês, intensas festividades de caráter cívico-cultural, para dar maior ênfase ao acontecimento, com ampla participação popular.

Esta Casa, nesta oportunidade, também deseja associar-se ao evento, como demonstração de apreço que lhe merece aquela progressiva Comuna.

REQUER, ainda, que do presente, seja dado conhecimento ao Excelentíssimo Senhor Mussoline Mensani - Digníssimo Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito, Amadeu M. Margraf e demais membros da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura e um rádio para a mesma, para a Delegacia de Polícia localizada na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Cícero Leite da Silva, Presidente do Diretório Municipal de Engenheiro Beltrão, este afirma a real necessidade de se reestruturar a Delegacia daquele Município, uma vez que ela vem encontrando dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos.

Ademais, a população daquele município tem se demonstrado bastante preocupada, ante ao clima de insegurança existente.

Em razão do exposto, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Segurança Pública, o encaminhamento de medidas que possam assegurar o restabelecimento da normalidade em Engenheiro Beltrão.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado para que

determine que a Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, conceda auxílio, em regime de urgência, para que a Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá.

JUSTIFICATIVA:

O trabalho social e humano que a Santa Casa de Paranaguá vem fazendo em benefício da população carente, é inconstante. Apesar do excelente trabalho que o Provedor Acir Gabardo vem realizando, não consegue mais recursos suficientes para manter aquela instituição, tendo visto o grande número de pessoas carentes que são atendidas pela Santa Casa. E o mais grave é que dentro de 30 dias aquele estabelecimento hospitalar poderá paralisar as suas atividades pela falta de recursos. Há de se considerar que a Santa Casa de Paranaguá promove um trabalho social de vital importância para o litoral paranaense, preenchendo, inclusive uma lacuna do Governo do Estado naquele setor. Por isso, o atendimento à Santa Casa de Paranaguá, em regime de emergência, é uma questão de justiça.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NELSON BUFFARA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, no sentido de que sejam realizados estudos devidos, visando avaliar a possibilidade de se efetuar a ampliação da rede de telefonia para a zona rural na Municipalidade de Boa Esperança.

Atualmente, com a modernização das tecnologias também da agricultura e pecuária, as propriedades rurais procuram na medida do possível, aliar-se a este processo desenvolvimentista como forma de assegurar um aumento da produção.

Neste sentido, não apenas visando tais objetivos mas também procurar oferecer maior conforto aos integrantes da zona rural.

Boa Esperança vem nos dias de hoje, buscar formas de ampliar seu potencial agrícola e pecuário (sustentáculo econômico da região) sendo uma de suas maiores metas a ampliação da rede de telefonia, notadamente para a zona rural.

Em razão do exposto, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado do Interior, que avalie formas de garantir o que ora é reivindicado, por ser o anseio do conjunto da população daquele progressista município.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo abertura imediata, bem como a destinação de recursos, para o Posto de Saúde existente no Distrito de ÁGUA FRIA, pertencente à Municipalidade de IRETAMA.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Humberto Gomes Martins, Prefeito Municipal de IRETAMA, este afirma a real necessidade de se providenciar a abertura imediata do referido posto, uma vez que o seu fechamento, culminou na existência de vários problemas, destacando-se os das populações mais carentes.

Neste sentido, espera-se por parte dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, o encaminhamento de medidas que assegurem a eliminação do problema ora exposto, vindo de encontro aos interesses dos moradores daquele distrito.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Nelson Vasconcellos, no uso de suas atribuições e de acordo com o Regimento Interno, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Nelson Miguel Friedrich, Digníssimo Secretário de Estado do Interior, propondo a implantação de poço semi-artesiano, bem como, rede de distribuição de água potável na localidade de Porto Figueira, Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NELSON VASCONCELLOS

JUSTIFICATIVA:

Porto Figueira, constitui-se na principal ligação ao Estado de Mato Grosso do Sul, por travessia-balsa no Rio Paraná. Em seu terminal rodoviário, circulam caminhões de transportes, veículos de migração, pessoal ligado ao mecanismo Paraná - Mato Grosso do Sul, tornando-o crescente e importante pólo de concentração. Como localidade, já conta com noventa e nove edificações, destacando-se casas escolares, próprios do Estado e Município, hotel de porte médio e templos religiosos, mais uma área para camping.

O terreno é altamente permeável, não oferecendo segura conjugação de fossas assépticas com poços de água potável que embora implantados em distâncias recomendáveis, não garantem água potável isenta de componentes prejudiciais à saúde pública. A PARANATUR fez incluir no seu calendário turístico, a partir de 1984, "a pesca da piapara", certame que trará para Porto Figueira uma super população. Há projeção de crescimento 84/85 de mais de cinquenta edificações. Estes valores justificam este pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário envio de ofício ao Sr. Dr. Deni Lineu Schwartz, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de iniciar com a máxima urgência o asfaltamento do acesso secundário de Palmas, saída para Clevelândia.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz no sentido de que seja atendido os apelos constantes da população de Palmas, pois o trecho a ser asfaltado é de apenas 1.300 metros de extensão, cujo leito é macadamizado, transitando por ali toda produção agrícola do município.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Dr. Desembargador Alceu da Conceição Machado, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, seja providenciado estudos no sentido de instalar com brevidade, uma Vara especializada em Execução Fiscal, bem como, mais uma Vara Criminal, para a Cidade de Maringá.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A justiça local vem enfrentando grandes dificuldades para

uma sequência normal dos processos em andamento. Eis que há, aproximadamente, 4.000 - (quatro mil) processos pendentes sem solução, cuja morosidade, se solução imediata não for tomada, causará sérios transtornos às pessoas interessadas.

Esta é uma reivindicação da comunidade maringaense, e assim venho, atendendo ao documento a mim enviado pelos Srs. Vereadores Nereu Vidal Cezar e João Batista Sanches, da Cidade de Maringá.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o contido na Resolução Conjunta INPS/INAMPS/IAPAS, sob nº 47, de 01.04.82, publicada no BS/INPS/DG Nº 75, de 26.04.82, que estabelece e confere aos responsáveis legais das Firms Representantes da Previdência Social no País atribuições que lhes são determinadas, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de manifesto ao Senhor Ministro da Previdência, Jarbas Passarinho, denunciando preocupações que afligem no momento aquelas Representações, em face de dispositivos na mesma contidos e que evidenciam a incompatibilidade existente entre as responsabilidades por estes assumidas no cumprimento daquela Resolução, face aos encargos a que estão sujeitos na qualidade de intermediários credenciados entre a Agência Jurisdicionada e a clientela previdenciária, e, a remuneração percebida pelos referidos Representantes da Previdência Social em todo o País.

Visa a referida manifestação conscientizar aquela autoridade para que, tomando posição quanto ao fato ora relatado, comunique desde logo aos interessados, contribuindo com isto para alentá-los quanto à solução pretendida, restabelecendo assim, a importância deste serviço previdenciário e restituído o entusiasmo inicial quando se credenciaram a cumprir este papel complementar aos Institutos de Previdência no Brasil.

Finalmente, REQUER, seja dada ciência desta manifestação às Bancadas Federais do Paraná, na Câmara dos Deputados em Brasília, pedindo a intervenção das mesmas no sentido de buscarem juntas as soluções ora desejadas, pelo muito que significarão em favor da melhor operacionalização dos serviços da Previdência Social no âmbito dos Estados.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) ODENI MONGRUEL

JUSTIFICATIVA:

A Resolução Conjunta INPS/INAMPS/IAPAS, sob o nº 47, de 01.04.82, e que completou agora dois anos de vigência, estabelece e confere aos responsáveis legais pelas Firms Representantes da Previdência Social no País, as atribuições que lhes são determinadas, a saber, desde as de caráter geral, como representar os Institutos de Previdência junto às autoridades locais, prestar informações aos beneficiários; receber, instruir e encaminhar documentos; manter atualizados os serviços, arquivos e fichários, além de outros, até os de caráter específico, este último compreendendo: linha de benefícios e serviços previdenciários; linha de assistência médica; linha de arrecadação e fiscalização, tanto no que se refere à área urbana, quanto à área rural, aí constituído uma diversidade imensa de atividades pela própria natureza dos serviços prestados.

Essas Representações da Previdência Social, a exemplo do FUNRURAL, têm por finalidade realizar a intermediação entre a Agência Jurisdicionada e a clientela previdenciária, e de atuar em nome do INPS, INAMPS e IAPAS junto às autoridades locais. São exercidas por Representantes na pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de Sociedade Civil prestadora de serviços, contratada para atuar numa microrregião, em cuja sede deverá estar localizada, facilitando, sobremaneira, a concessão dos benefícios à clientela previdenciária.

O Representante ao conceder e/ou intermediar os benefi-

cios e prestar todos os serviços, tem a mesma responsabilidade ou mais que as ações desenvolvidas numa Agência da Previdência, visto sua atuação na comunidade como agente catalizador dos problemas sociais.

Estabelece ainda a Resolução Conjunta dos Institutos Previdenciários quanto à remuneração das Representações da Previdência Social, que são classificadas em grupos diferenciados, conforme critério que tem por base a população da sede, e, segundo atendam à clientela urbana e/ou rural.

É preciso dizer que cabe ao Representante da Previdência Social as despesas de manutenção da Representação, como por exemplo: aluguel de imóvel, salários, encargos sociais, taxas de luz e telefone, limpeza e conservação, correio, etc.

Para que se tenha uma idéia, até outubro de 1983, uma Representação com 01 empregado tinha custo operacional de Cr\$ 90.000,00 para uma remuneração mensal da ordem de Cr\$ 104.128,00, que representava 2,9 salários mínimos. É de salientar que em 1972, ou seja, há dez anos da vigência da presente Resolução nº 47, dos Institutos de Previdência Social deste País, a remuneração mensal de um Representante era equivalente a 5,5 salários mínimos da época.

Decorridos doze meses do último reajuste, foi aprovada uma tabela de remuneração, que para o Grupo III, que representa o maior número de Representações, foi fixado em Cr\$ 160.000,00 mensais, ou seja, 2,8 salários mínimos.

Considerando que a correção média de reajuste foi de 54,4 para uma inflação de aproximadamente 180% àquela época, vemos o não acompanhamento e a inviabilidade dessa Resolução à realidade econômica atual, pois a medida em que os encargos sofrem reajustes semestrais, a remuneração de um Representante da Previdência continua sendo anual, evidenciando desta forma, não haver compatibilidade entre a responsabilidade, a importância do seu trabalho e o valor da remuneração percebida.

Estas informações retratam as condições em que se encontravam as Representações da Previdência Social, face aos últimos reajustes de remuneração ocorridos em 01.07.83, e até hoje ainda em vigor.

A verdade é que a prevalecer as atuais condições contratuais estabelecidas pelos Institutos as Representações nas microrregiões nos Estados, não só tornar-se-ão inviáveis quanto aos Representantes honrarem os compromissos assumidos, como correrão aos Institutos solicitando a suspensão dos contratos ora em vigor.

Para que se tenha uma idéia, até o presente momento deram entrada na Superintendência do INPS, nesta Capital, cerca de dezesseis solicitações de Representantes da Previdência pedindo a suspensão imediata do contrato firmado entre as respectivas partes.

Diante do exposto, é necessário e indispensável que as autoridades federais da área previdenciária sejam acionadas no sentido de imediata revisão das condições de trabalho dessas Representações da Previdência Social, em especial no que diz respeito à remuneração e aos critérios, cálculo, bem como o prazo de vigência das correções dessas remunerações.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 56/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro Espírita "ALLAN KARDEC", sediado no Município de Santa Izabel do Ivaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

O Centro Espírita "Allan Kardec", fundação beneficente, religiosa e assistencial, sediado no Município de Santa Izabel do Ivaí, faz parte integrante da Federação Espírita do Paraná.

Suas atividades naquele município são notórias, tanto assim que, durante as enchentes, essa instituição atendeu a aproximadamente duzentas famílias, prestando relevantes serviços à população local.

Auxiliando no combate à verminose, procedendo visitas periódicas às famílias carentes e dando apoio às demais entidades beneficentes, o Centro Espírita "Allan Kardec", por votação unânime da Câmara Municipal de Santa Izabel do Ivaí, foi considerada de utilidade pública por aquele município.

Os documentos anexados ao presente, por si só dizem dos méritos da entidade em tela, a qual, pelas suas atividades em favor dos carentes, deverá ser reconhecida, também pelo Estado, como sendo de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 57/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Comunitário de Cooperação em Saúde e Bem Estar Social - COMSABES - sediado no Município de Pato Branco.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NILSO SQUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Este conselho foi fundado em maio de 1979 com o único e real objetivo de promover o atendimento ao necessitado, evitando a dispersão de esforço em tal atendimento, orientando e planejando o funcionamento de entidades beneficentes ou associações de moradores, que tenham também como finalidade o primeiro atendimento às classes desprivilegiadas.

Os documentos apensados ao presente, por si só, mais do que claramente, dizem dos méritos da entidade em tela, a qual, pelas suas atividades em favor dos necessitados e carentes, deverá ser reconhecida, também pelo Estado, como sendo de utilidade pública.

PROJETO DE LEI Nº 58/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Os novilhos, matrizes e reprodutores, comercializados nas feiras de gado promovidas pelas Municipalidades e apoiadas pelo Poder Executivo, ficam isentos do pagamento de ICM.

Parágrafo Único - Somente as reses que estiverem fisicamente na área e perímetro das feiras, poderão gozar de tal isenção.

Art. 2º - Serão considerados novilhos, as reses até (dez) meses, matrizes, as reses até 2 (dois) anos reprodutores até 3 (três) anos.

§ 1º - Os adquirentes de reses nas feiras de gado, para gozarem do benefício da isenção do ICM, terão que manter, as unidades adquiridas, em seus plantéis, pelo prazo de 2 (dois) anos, sob pena de terem que efetuar o pagamento em dobro, do imposto isentado.

§ 2º - Só serão beneficiados por tal isenção, os pecuaristas que possuam propriedades rurais no território do Estado do Paraná.

JUSTIFICATIVA:

Na realidade, temos que observar a necessidade da existência de dispositivos que incentivem o pecuarista paranaense a promover o crescimento de seu plantel.

A incidência de tributos na aquisição de novilhos, matrizes e reprodutores, provoca uma retração na expansão da atividade, de vez que o produtor é obrigado ao pagamento de imposto por antecipação, antecipação esta representada por mais de 2 (dois) anos, pois o novilho para atingir uma idade de corte, aproximadamente 18 (dezoito) arrobas, levará este tempo. No caso das matrizes, ainda é pior a situação, pois o pecuarista para tirar os custos diretos e indiretos que incidem na manutenção de uma matriz, terá que ter pelo menos o rendimento de três gestações. E no caso específico do reprodutor, com a não isenção, estaríamos provocando mais uma dificuldade na melhoria e especialização de nossos plantéis.

Com a redução acentuada, dia a dia, do rebanho paranaense, em virtude das dificuldades de crédito e o crescimento das taxas de juros, não podemos deixar de criar medidas que possam vir minorar as dificuldades da classe.

PROJETO DE LEI Nº 59/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o espaço para fins publicitários nas contra-capas dos livros didáticos utilizados pela rede de ensino oficial, no 1º e 2º graus.

Art. 2º - Fica criado, a inserção da matéria publicitária no material escolar compreendido como caderno, lápis, caneta, régua, borracha, compasso e demais materiais necessários à prática de ensino.

Art. 3º - A publicidade a ser inserida nos materiais relacionados nos arts. 1º e 2º, não poderá ser de produtos comestíveis, bebidas de qualquer natureza, fumos e seus derivados, remédios ou qualquer produto que induza consumo, seja por degustação ou por utilização.

Parágrafo Único - As publicidades deverão ser provenientes de empresas de serviço, entidades de classe, Governos Estaduais, Federais e Municipais, sociedade de exploração de serviço público, jornais e periódicos educativos, empresas de comunicação e as demais, segundo autorização e critério do Conselho Estadual de Educação.

Art. 4º - O valor a ser estipulado sobre cada inserção publicitária serão sempre o correspondente ao custo de cada unidade colocada nos depósitos do Estado.

Art. 5º - O alcance da presente lei fica restrito ao material escolar que for distribuído gratuitamente à rede de ensino público estadual, através da Secretaria da Educação.

Art. 6º - Esta lei será regulamentada, quanto à forma de aplicação, por decreto do Poder Executivo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor, imediatamente após sua publicação.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1984.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

Com o atual custo do material escolar, torna-se necessária a adoção de medidas até então não aplicadas, para se tentar uma forma de suprir os nossos alunos de 1º e 2º graus dos materiais necessários à prática do estudo.

Com os repasses advindos do Governo Federal para o ano de 1984, cada aluno nosso terá, se bem administrado, um material correspondente a um terço de suas necessidades. Os outros dois terços terão que ser cobertos por seus responsáveis.

Ora, com a situação de desemprego que atravessamos, o trabalhador brasileiro não tem o que comer quanto mais cadernos e livros para seus filhos.

Nos dias de hoje, o caderno mais barato, brochura de 50 folhas, custa, no mercado livre, o preço de Cr\$ 184,00. No consumo médio de 5 (cinco) cadernos por bimestres, teríamos, no ano, um consumo de 20 (vinte) cadernos, o que realmente se

tornaria inacessível para uma família com 3 (três) filhos na escola.

Desta forma, estaremos promovendo mais uma atuação no campo social, pois povo culto é povo produtivo e progressista.

Entretanto, fora do imenso alcance social desta lei, há que se observar a economia que terá o erário público, na aquisição de tais materiais.

Somente com o disponível que acarretará esta medida, terá o Estado os meios necessários para aprimorar a qualidade de ensino, o atendimento médico e dentário em todas as escolas, bem como a formação de aprendizado profissionalizante já no nível do 1º grau.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA - Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, que tantos e relevantes serviços tem prestado a todo litoral está em vias de entrar num colapso total. Eis que, a falta de recursos daquele nosocômio está preocupado seriíssimamente a toda a sua diretoria, principalmente ao seu provedor, professor Acir Gabardo, e se dentro de trinta dias, o Estado não carrear recursos para aquela Santa Casa de Misericórdia daquela cidade, eu tenho a impressão de que lamentavelmente, ela fechará as suas portas por falta absoluta de recursos para a sua manutenção.

No instante em que essa notícia grassa em Paranaguá e todo o litoral, causando uma série de intranquilidade, nós nos sentimos no dever de irmos aqui alertar o Sr. Governador do Estado, para que através de uma Secretaria competente, qual seja, a de Saúde e Bem-Estar Social, em regime de absoluta urgência, remeter recursos para aquela Santa Casa, sob pena, para tristeza dos litorâneos, dela ser fechada por motivos, como já disse, da falta de recursos para a sua manutenção, para a sua sobrevivência.

A Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, de nome respeitado por todo o litoral do nosso Estado, tradicional, prestadora de serviços aos indigentes, precisa e deve ser atendida, pelo Governo do Estado, razão pela qual, estamos encaminhando um expediente a esta Augusta Casa de Leis, para que, se aprovado, o Sr. Governador determine em caráter urgentíssimo, recursos para aquele hospital.

Fazemos isso, na condição de parnanguara e de Deputado que representa aquela região entendemos ser nosso dever, e dever também do Governador do Estado, já que ele é o Governador do Paraná, impedir que um assunto lamentável, um caso de largas proporções possa a vir ocorrer no nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados. (Sem revisão de orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu França.

O SR. DEPUTADO TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"É claro que estamos felizes com a libertação de Juvêncio Mazzarollo, e mais do que isto, com uma pontinha de justo orgulho, porque a Assembléia Legislativa do Estado somou-se a tantas outras forças populares que culminaram por resgatar do cárcere um militante da democracia injustamente oprimido.

Nós, que logo em seguida, às 16 horas, teremos a satisfação de contar com a presença de Juvêncio Mazzarollo nesta Casa, para externar os seus agradecimentos, a participação supra partidária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná somada a tantas forças que lutaram pela sua libertação.

Entretanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, coincidindo

estranhamente com os esforços da Comissão Parlamentar supra partidária em missão de apelo junto ao Supremo Tribunal Federal, em favor da agilização de julgamento e absolvição, em nome da opinião pública do povo paranaense, causou-nos perplexidade a notícia veiculada pela imprensa nacional, de que forças da Segurança Pública estavam bloqueando o movimento popular de solidariedade a Juvêncio Mazzarollo, no centro de Curitiba. Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Se por um lado, os fatos já estão consumados, tanto assim que Juvêncio Mazzarollo dentro de mais algum tempo estará entre nós, cabe-nos a lição dos acontecimentos, porque se repetirmos o gesto do Governo anterior do PDS, que levantou o cassete contra manifestações ordeiras, justas, pacíficas e em torno de uma causa nobre, que esperamos do povo do Paraná o mesmo julgamento com que nas urnas de 15 de novembro de 1982 ele soube outorgar aos nossos antecessores. Coerentes anseios de liberdade não podem jamais ser asfixiados. Se não temos nas mãos a solução para uma grande parte dos angustiantes problemas sociais, nossa gente não apenas saberá compreender nossa limitações, como também haverá de nos ajudar na busca de caminhos que serão de todos. Mas, não aceitamos mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pacto com a repressão absurda. A calma aparente, centrada na força que não a do diálogo, traz comigo as cores do retrocesso. Que tenhamos, portanto, a disposição de ouvir e o altruísmo com a dor do oprimido. Se os desempregados clamam por trabalho, vamos juntos discutir o surgimento de frentes de trabalho, mas no espírito do grande mutirão das propostas sociais que aprendemos através da cartilha programática do PMDB. Sim, porque não é justo que respondamos com a força a quem nada cobrou para nos eleger a não ser o pacto de lealdade com a dor cotidiana de nossas maiorias. Se não abdicarmos do confronto com autenticidade, não teremos jamais motivos para recear manifestações populares, mesmo porque elas jamais iludirão para exigências do impossível, se em nosso pulso sentirem a oscilação da franqueza. É por isso que, se alegres estamos pela absolvição de Juvêncio Mazzarollo, registramos também nossa tristeza pelas desnecessárias restrições impostas pela Segurança Pública contra os militantes que fizeram sua luta pela libertação dele".

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) - A Mesa comunica ao ilustre orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado.

O SR. TADEU FRANÇA - Sr. Presidente, eu peço que conste, do inteiro teor o discurso que deixo de explaná-lo por falta de tempo.

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos) A Mesa dará como lido o discurso de Vossa Excelência.

Concedo a palavra ao orador inscrito no pequeno Expediente, Sr. Deputado Artagão Mattos Leão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na semana passada, para nossa surpresa, tivemos oportunidade, através de jornais e emissoras de televisão, de tomarmos conhecimento de ataques gratuitos feitos contra um professor do Município de São João do Ivaí.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este professor, Vereador do PMDB em São João do Ivaí, foi acusado de prática de violências sexuais no estabelecimento que dirige.

Não podemos aceitar este tipo de acusação, não existem provas que nos levem a crer ser este professor um marginal. Muito pelo contrário, o reputamos como pessoa de excelente caráter, e exigimos daqueles que o acusaram, provas concretas, "o ônus da prova cabe a quem alega"; quem veio a esta Casa de Leis tecer considerações injuriosas àquele professor deve agora, provar essas acusações. Mantivemos contato com a Senhora Inspectora de ensino de São João do Ivaí. Queríamos saber o que

na realidade existia contra o Professor Olindo Rodrigues. Alguns depoimentos, dois ou três depoimentos, fazendo alegações esparsas sem nada provar, e doze ou quinze depoimentos de pessoas falando do excelente caráter deste professor. Solicitamos que, de imediato, a Senhora Inspectora de Ensino, trouxesse esses depoimentos ao Departamento Jurídico da Secretaria da Educação, para que este tomasse as medidas cabíveis ao caso. Entramos em contato também, com o Vereador, e solicitamos que o mesmo entrasse com uma ação judicial, ação por calúnia e difamação contra essas pessoas que, repito, de maneira gratuita jogam na lama a moral de uma excelente pessoa, de um exemplar chefe de família.

E hoje, comparecemos a esta tribuna para fazermos a defesa do professor. Porque alguns depoimentos no nosso modo de entender nada provam. Gostaríamos que provas realmente houvessem. Depoimentos banais, depoimentos imorais contra o professor Olindo Rodrigues.

Muito obrigado, Sr. Presidente.- (Sem revisão do orador).

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) (Assemtimento)

Sr. Presidente, não para apartear mas, para contestar as palavras, depoimentos imorais, fui eu que fui à tribuna, fiz as denúncias e os documentos estão aqui. Se precisar mais algum documento irei fornecer.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Este é o exemplar do Jornal "O Estado de São Paulo", edição de ontem, que traz reportagem do jornalista José Fonseca Filho da sucursal de Brasília, e esta reportagem diz o seguinte:

"Figueiredo voa para bem longe da crise". "Embora não esconda o tédio que lhe causa governar o País e diga que só será feliz no dia em que deixar o Planalto, o Presidente Figueiredo está apreciando, cada vez mais, uma das vantagens do Poder - as viagens.

Desde que assumiu, o Presidente Figueiredo, já se ausentou trezentas vezes de Brasília. E o Presidente Figueiredo, já bateu o recorde - é o Presidente que mais vezes foi ao estrangeiro - terá visitado vinte e cinco países até quinze de março do ano que vem. As horas de vôo são tantas, que o gabinete militar não divulga mais o total; não há números disponíveis sobre quanto custa isto, pois, os gastos variam. No entanto, a estimativa para este ano é de quatro bilhões e meio de cruzeiros. Sempre que viaja o Presidente Figueiredo não vai só, segue com ele uma "troupe" de ministros, assessores, seguranças e até garçom.

As viagens pelo país são tantas, que começam a perder o sentido. Recentemente, em Sergipe, ele escapou de inaugurar um prosaico poço de fundo de quintal. O cerimonial vetou este item, alegando que isto já era demais. As viagens para o exterior são concorridíssimas, na volta, os aviões da comitiva são liberados de inspeção alfandegária descarregando todo tipo de compras, o que já assustou até o Secretário da Receita Federal. Dentro do País, o Presidente já viajou até para inaugurar uma agência de turismo. As viagens de Figueiredo são assunto de uma série de cinco reportagens que o Jornal "O Estado de São Paulo" começou a publicar, a partir de ontem.

E nós queremos, aqui, lamentar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o País, vivendo o ciclo do desgoverno, dos escândalos, o País do desemprego, o País da inflação vê na hora em que a crise aperta, o seu Presidente da República embarcar para o estrangeiro. É bastante lamentável que o nosso Presidente esteja fugindo no sentido de enfrentar a crise e encontrar solução para o nosso Brasil.

Ainda agora, estamos vendo que, nesta semana, os

automóveis sobem 10%, a gasolina deverá subir, neste mês, para mais de Cr\$ 750,00 o litro, a lata de óleo passará de Cr\$ 1.250,00 para quase Cr\$ 1.500,00 a lata. O BNH está, Senhor Presidente, Senhores Deputados, precisando implantar em "curso superior" para que cada mutuário possa interpretar cada resolução que o BNH baixa. Eu sou mutuário do BNH há nove anos e, cada vez que eles baixam lá uma resolução dizendo quanto vai ser o aumento da casa popular ou do apartamento financiado ou do imóvel adquirido através do Sistema Financeiro de Habitação, eu leio, leio, leio e não consigo entender e converso com dezenas de mutuários e eles ficam igualmente perplexos, porque essas portarias do BNH - e acho que nem tendo uma escola de curso superior para poder orientar o mutuário, ele vai conseguir entender -, porque até agora, Senhor Presidente, se falou que prestação iria subir 80%; na sexta-feira, já falaram em 144%; agora, já disseram que se não fizer uma determinada opção por uma outra modalidade, o aumento será de 185%. Nós lamentamos profundamente, mesmo pertencendo ao PDS, que o nosso Presidente Figueiredo que tem grandes méritos de ter dado a abertura política, uma abertura que ainda não se consolidou totalmente, mas o nosso Presidente está pecando no momento em que ele se ausenta do Brasil diante de tantas crises graves que nós estamos enfrentando. E, nesta hora, em que estamos a poucos meses da eleição de um novo Presidente da República, eu que sou político, como todos os nossos companheiros, meu desejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que o sucessor do Presidente Figueiredo seja um homem com sensibilidade política, porque eu já ouvi com os meus ouvidos da boca do Presidente Figueiredo, e ele dizendo-me, em audiência, que não gosta de político, que ele quer ter o político afastado o máximo do seu governo, e chegou até a citar exemplo político que já participou de sua equipe e que foi uma verdadeira desgraça no seu governo.

Então, o Presidente Figueiredo, ele não tem culpa, mas já confessou e reafirmou que gosta de político, que ele está farto, ele está cansado de ser Presidente do Brasil, e nós só podemos, aqui, nesta hora, fazer votos para que o novo Presidente que a autoridade que vai nos governar a partir de março do ano que vem, possa ser pelo menos em Presidente com sensibilidade política para resolver os problemas do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Prosseguindo na luta de que o próximo Presidente do Brasil, a partir de março do ano que vem, seja o Presidente que conte com o nosso apoio e o nosso voto, portanto, um Presidente eleito pelo voto direto e secreto dos brasileiros. Viemos à tribuna, nesta tarde, para registrar mais um pronunciamento de um setor, de um segmento da sociedade brasileira a favor das diretas. "Diretas, já é bom para a saúde" é o título do manifesto produzido pelo Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, núcleo de Londrina. E tem outro documento ao qual nós fazemos a leitura para que se registre nos Anais da Casa.

É o seguinte: "O núcleo londrinense do CEBES, entidade nacional que tem por objetivo a defesa de uma política de saúde voltada fundamentalmente para os interesses e necessidades da classe trabalhadora brasileira, vem tornar público seu posicionamento frente à grande questão nacional do momento, eleições diretas para Presidente da República.

A questão da saúde não pode ser encarada de forma isolada das dimensões política e econômica da sociedade brasileira. É incontestável que a implantação do regime ditatorial, a partir de 64, significou para a população brasileira como um todo para a classe trabalhadora, especificamente, seu alijamento

dos espaços de negociação até aquele momento existentes.

Baseados na falácia da racionalidade administrativa e na potencialidade do planejamento, o regime centralizou as decisões. O processo de concentração do poder político caminha junto com o de centralização das decisões sobre a saúde, tanto ao nível da tensão individual, quanto ao plano da tensão coletiva. No caso da tensão individual, saúde, assistimos a invasão de grupos ligados à indústria da saúde e, portanto, com interesses estranhos à uma política de saúde voltada realmente para as necessidades do povo brasileiro. No caso da tensão coletiva, é notório o estado de descansa a que está submetida, a saúde.

A concentração das decisões políticas e econômicas significou um processo acelerado, como as condições insuportáveis de vida, tendo como conseqüências inevitável a deterioração da saúde da população.

Exigir eleições diretas para Presidente da República é exigir muito mais do que o direito de votar. É exigir descentralização dos processos administrativos, participação política para todos, em todos os níveis, condição de vida digna em termos econômicos e políticos, é exigir saúde como um direito. Eleições diretas já é bom para a saúde".

Este é o texto do documento ao qual fazemos a leitura, nesta tarde, lembrando que amanhã esta Casa promoverá, através da Comissão de Saúde e da mesma entidade que produziu este documento, agora como núcleo de Curitiba, o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, e mais uma dezena de sindicatos e associações profissionais, a noite de amanhã, um debate sobre a "Saúde do Trabalhador e a Questão das Diretas".

O Paraná ostenta estatísticas de acidentes de trabalho que giram em torno dos seguintes dados. Enquanto em 1980 se registravam oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e um acidentes de trabalho, com trezentos e sessenta e três óbitos, acidentes de trabalho fatais; portanto, novecentos e doze incapacitados definitivos, neste ano de 83, recentemente encerrado, a média destes dados continua inalterada. Ou seja, continua morrendo um trabalhador paranaense em média por dia, fruto de acidente de trabalho. Continuam sendo incapacitados, em termos definitivos, dois trabalhadores diariamente. E continua ocorrendo cerca de dez acidentes de trabalho por hora, em nosso Estado.

Estes dados, só para ficar nos dados de acidentes de trabalho - exemplificam muito bem a gravidade do quadro da saúde do trabalho e da assistência médica e hospitalar a esta categoria da nossa população. É em virtude disto que a Comissão de Saúde desta Casa, juntamente com outras entidades diretamente interessadas, promove, na noite de amanhã, um debate em torno do assunto".

Era só, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Sr. Presidente, há instantes o Sr. Deputado Aníbal Khury indagava-me sobre o fato de ter ou não a Prefeitura Municipal eliminado o "grilo" do cartorário Roberto Barrozo, encima de uma estrada que dá prolongamento à Rua Prosdócimo Lage.

Não, Deputado. O "grilo" ainda se mantém nas mesmas condições em que se encontrava na época da gestão do Prefeito Jaime Lerner.

O jornalista Juvêncio Mazzarollo encontrava-se em liberdade graças à sensibilidade do Supremo Tribunal Federal. Sensibilidade esta que não atingiu ainda o Presidente da República, que evita sensibilizar-se com os clamores do conjunto da nacionalidade e formar ao lado das eleições diretas para Presidência da República.

Sai o Jornalista Juvêncio Mazzarollo, mas no dia em que

era libertado, policiais do 8º Distrito Policial de Curitiba, a pedido do proprietário da Empresa Vepasa, que comercializa veículos, seqüestram, durante o expediente, cinco antigos funcionários da empresa, funcionários que trabalhavam entre dois e oito anos, os trasportam para os porões do 8º Distrito Policial no Capão Razo e os submetem às piores sevícias que se possam imaginar. Foram colocados no pau-de-arara, tiveram mangueiras de água colocadas em suas bocas e, nus, apanharam durante dois dias, enquanto os policiais canalhas arbitrariamente invadiam as suas residências, sem mandado judicial à procura de prováveis peças roubadas da Vepasa. Nada se provou e a Secretaria da Segurança hoje instaura um inquérito e eu acredito que esta Assembléia está aguardando o imediato afastamento desses "picaretas" que ainda não perceberam que alguma coisa mudou no Estado depois de 15 de novembro.

Mas nem tudo mudou. Este Deputado contratou junto a uma empresa de publicidade a reserva de espaço em emissoras de rádio na Capital, para colocar com clareza a sua posição quanto às eleições diretas e hoje tem notícia de que um tal sargento Bianco, acompanhado do Coronel Juarez pressionam a empresa para calar a palavra de um Deputado da Assembléia Legislativa do Paraná, tentando retirar do ar uma programação de apoio às eleições diretas para Presidência da República. O texto é simples e não é agressivo e só a formação autoritária do Sargento Bianco pretende impedir a livre manifestação, não só deste Deputado, mas do conjunto da população em favor das eleições diretas.

O texto Srs. Deputados, é o seguinte:

"Não se deixe enganar, a crise brasileira não é apenas econômica; desemprego, alta de custo de vida e dívida externa, causas do medo e do desespero de tantos de nós, são resultados da incompetência dos dirigentes deste País. Esta é, portanto, também uma crise política; telefone aos políticos, envie correspondência, exija diretas já! Sá existe uma saída, eleição direta para Presidente da República, já. Esta é a luz no fim do túnel".

Este é o texto que o Sargento Bianco quer tirar do ar e eu requeiro a esta Mesa que se manifeste em nome desta Assembléia, junto ao DENTEL, para exigir deste sargento que se atenha e se mantenha nos limites de sua competência; não exorbite e não pretenda cercear a opinião pública brasileira, principalmente não pense que conseguirá calar Deputados da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa registra com satisfação as presenças em plenário dos Srs. Vereadores que compõe a Câmara Municipal de Altamira, do Paraná.

Vereador Presidente José de Loures Clemente, se faz acompanhar dos seguintes Vereadores: Valdemir Pereira, 1º Secretário, José Rodrigues Alves, Vereador Clemente Soares Cunha, Benedito Pedro da Silva, Daniel Soares de Oliveira, Manoel Evangelista, José Rodrigues Assis e Antônio Pereira dos Santos, todos Vereadores da Câmara Municipal de Altamira no Paraná.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Basílio Zanusso. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Sabino Campos. (Pausa)

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Antônio Belinati.

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Falará em nome da Bancada do PDS, o Vice-Líder desta bancada, o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Com a palavra, o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Ocupei a tribuna no dia 4 do corrente, quando trouxe uma denúncia a esta Casa, do Município de São João do Ivaí.

Visitando a região recebi reclamações de várias pessoas no Distrito de Godoy Moreira, Município de São João do Ivaí.

Eu que tenho o máximo respeito com a pessoa humana e também, com meus colegas da Assembléia Legislativa do Estado, tenho muito cuidado ao trazer qualquer denúncia a esta Casa se ela não tiver fundamento.

Creio que desempenhei meu papel participando de uma reunião no Município de São João do Ivaí; recebi a visita do pai da aluna ofendida com as testemunhas e com mais duas declarações também de ocorrências idênticas.

E comprometi-me a trazer ao conhecimento da Secretaria da Educação e perguntei se já havia sido feita, registrada a queixa na Delegacia de Polícia. Quando disseram-me afirmativamente que a queixa estava registrada, mas que o Delegado só poderia iniciar o inquérito, sua abertura, dentro de sessenta dias.

Como eu não pretendo ir à Secretaria da Educação, porque já fui algumas vezes e o atendimento não foi a contento, acho que o lugar que eu tenho para responder é a tribuna e, através da tribuna eu registrei a denúncia que recebi de São João do Ivaí.

Eu desempenhei o meu papel. Cabe, isto sim, à pessoa que se julga ofendida, se por acaso comprovar que são verdadeiras as denúncias, conforme comprovante que eu trago, que seja responsabilizado, que o Delegado proceda à abertura do competente inquérito e que sejam responsabilizados depois as pessoas que levantaram a calúnia.

Inicialmente, registrei a quixa recebida e apresentei a esta Casa dois requerimentos.

O primeiro, requerendo envio de expediente à Secretaria da Educação, nos seguintes termos: (Lê o requerimento):

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais. REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente à Sua Excelência a Sra. Secretária da Educação, solicitando o imediato afastamento do Professor OLINDO RODRIGUES, da Direção da Escola de Godoy Moreira, Município de São João do Ivaí, face às graves denúncias apresentadas àquele Professor, que culminaram com registro de queixa na Delegacia de Polícia de São João do Ivaí e a solicitação que estou fazendo ao Sr. Secretário da Segurança é para que determine abertura do competente inquérito para apuração dos fatos.

Sala das Sessões, em 04 de abril de 1984. JUSTIFICATIVA: - Graves denúncias contra a conduta moral do Professor Olindo Rodrigues, conforme fotocópias que apresentamos, levam à abertura, pela Secretaria de Segurança, de inquérito policial, para apurar as denúncias.

Justo, portanto, que o mesmo seja imediatamente afastado da direção da Escola de Godoy Moreira, a fim de tranquilizar a classe estudantil, bem como dos pais dos alunos ali matriculados.

Razão pela qual apresentamos o presente requerimento".

O outro requerimento é dirigido ao Sr. Secretário da Segurança Pública, solicitando providências, para abertura de inquérito policial junto à Delegacia de Polícia de São João do Ivaí, a fim de serem apuradas as graves denúncias sobre o Professor Olindo Rodrigues, Diretor da Escola Godoy Moreira conforme fotocópia anexa.

"O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente a Sua Excelência o Senhor Secretário

de Estado da Segurança Pública, solicitando providências para a abertura de inquérito policial junto à Delegacia de Polícia de São João do Ivaí a fim de serem apuradas as graves denúncias contra o professor Olindro Rodrigues, Diretor da Escola de Godoy Moreira, conforme fotocópias anexas.

Sala das Sessões, em 4 de abril de 1984.

JUSTIFICATIVA:

As graves denúncias contra o Professor Olindro Rodrigues têm gerado revolta à população estudantil de Godoy Moreira, trazendo intranquilidade aos pais dos alunos ali matriculados. Com a apuração destas denúncias se estará propiciando clima de serenidade a sua laboriosa população e punindo as irresponsabilidades."

Senhor Presidente, eu deixo de ler aqui da tribuna as declarações que tenho, dados os termos, a simplicidade com que foram feitas as declarações e registradas, mas passarei às mãos das pessoas interessadas para que fiquem com as cópias das denúncias assinadas por Pedro Couto, RG 1922720/76 e do Senhor Osvaldo Marinelli, ex-Vereador daquele município, líder político, assinada por três testemunhas, e mais uma outra do Senhor Alcides Alves da Silva portador do RG 1644662, assinada também por três testemunhas.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Prezado Deputado.

Em momento algum, quando usei a tribuna desta Casa fiz referência a sua pessoa.

A sua atuação nesta Casa, sempre foi pautada pela dignidade.

Com relação ao professor Olindro Rodrigues, permito-me discordar de Vossa Excelência, porque conhecendo um pouco de legislação eu não acho que o ônus da prova cabe ao acusado, mas sim, ao acusador, o ônus da prova cabe a quem alega.

Se existe uma acusação, nobre Deputado, quem está acusando tem que provar, sob pena de ser processado por injúria, calúnia, difamação e ter que desculpar-se em Juízo.

Com relação à atuação da Secretaria da Educação, prezado Deputado, posso informar a Vossa Excelência que a Inspetora Municipal de Ensino de São João do Ivaí já trouxe os depoimentos que Vossa Excelência tem em mãos, simples depoimentos, porque não me consta que haja algum exame comprovando a veracidade das acusações, mas sim, simples acusações colocadas num papel e assinadas, eu acho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu acho que cabe a responsabilidade a quem assina.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Perfeitamente nobre Deputado, cabe a quem assina, mas sem uma prova cabal eu acho temerário vir-se à tribuna desta Casa acusar uma pessoa desde que temos apenas acusações escritas e não provas concretas Sr. Deputado, e é por isso que eu fui à tribuna defender a moral deste Vereador, porque até prova em contrário, todos nós somos honestos; deixaremos de ser honestos na hora em que for comprovado que não o somos, e assim eu defenderei o Vereador Olindro Rodrigues até que alguma prova concreta nos seja mostrada e aí sim, nós vamos concordar com essas acusações que para nós são venais.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Há quanto tempo Vossa Excelência conhece o Vereador Olindro Rodrigues, nobre Deputado?

O Sr. Artagão Mattos Leão - Há algum tempo, Senhor Deputado e mesmo que não o conhecesse, e mesmo quem eu não conheço eu reputo como honesto até que me seja provado o contrário.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito bem, nobre Deputado recebi a queixa e está feito o registro, cabe ao acusador, não ao acusado, porque eu simplesmente transmiti aquilo que eu recebi e aceito também como se fosse o acusador e estou apresentando o documento

Se não for reconhecido este documento, cabe àquele que se julga ofendido contestar e provar o contrário, que nada deve, mas só para adiantar a Vossa Excelência eu informo que já conheço este professor há algum tempo, e que já foi afastado da escola quando lecionava, não pelo Estado e nem pelo município, mas numa escola particular, em 1979, foi afastado e só retornou depois que ganhou o PMDB; ele assumiu como Vereador e voltou a essa escola, agora, na qualidade de diretor.

E também, a minha preocupação de vir a tribuna é para que se tome providência, porque já fiz uma queixa há pouco tempo com referência à CIRETRAN. Logo em seguida, foi-me feito o desmentido dizendo que nada disso era verdade; Quando vim com toda a comprovação, e esta sim, por uma Comissão do DETRAN, daqui de Curitiba, que foi uma inspeção designada lá no Município de Barbosa Ferraz e constatou tudo; foi comprovado e ninguém mais respondeu. Mas o que acontece? Continua esse chefe da CIRETRAN em Barbosa Ferraz, agindo da mesma forma e não é só em Barbosa Ferraz, não. Eu estou precisando de mais documentos, mas tem muitas CIRETRANS que não estão vendendo carteiras frias, não; não são mais de cinco mil, agora são dezesseis; estão entregando as carteiras e no balcão já são cobradas, não é mais carteira fria como antes, não.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento do orador).

Nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Vossa Excelência sempre teve nesta Casa, ao longo dos seus mandatos parlamentares, todos eles produtivos em favor do povo paranaense, comportamento ético de homem que não se verga nem aos poderosos e que faz do exercício do seu mandato uma verdadeira escola de servir à gente paranaense. Quando Vossa Excelência tomou conhecimento do verdadeiro pânico existente no Município de São João do Ivaí, onde centenas de pais de alunos estão preocupados com as graves denúncias que naquele município estão ocorrendo, denúncias que envolvem crimes sexuais praticados, eventualmente, segundo as denúncias, pelo diretor da escola, Vossa Excelência não tinha outro caminho se não vir a esta Casa e dizer ao Governo do Estado: é hora de pôr um basta numa escola onde diretor não apenas tem que ser honesto; tem que ter padrão ético e de dignidade, mas tem que, sobretudo, dar um exemplo pessoal. Este é daqueles casos, nobre Deputado Gilberto Carvalho, que não é necessária a prova em si, porque a prova caberá ao Poder Judiciário. Este é um Poder Legislativo, é a voz do povo, é a voz da fiscalização. O ônus da prova ou o ônus de se demonstrar a inocência cabe ao Poder Judiciário, desde que o PMDB possa fazer com que a queixa-crime já registrada na Delegacia de Polícia tenha andamento. Fiquei preocupado, Deputado Gilberto Carvalho, quando Vossa Excelência revelou que o Delegado de Polícia - provavelmente indicado pelo comando político e ideológico de São João do Ivaí - tenha dito que precisa de sessenta dias para dar início ao inquérito policial para, realmente, na delegacia e posteriormente em Juízo, se estabelecer a verdade dos fatos.

Ora, Senhor Deputado Gilberto Carvalho, nobres Senhores Deputados, como fica a população estudantil e a população de São João do Ivaí durante esses sessenta dias com a suspeição, no mínimo com a suspeição, de que o diretor daquela escola pratica crimes sexuais com os alunos, com os estudantes, numa idade que varia de doze a dezesseis, dezessete anos?

Era o caso, Senhor Deputado, em nome da moralidade, dos bons costumes que a Secretaria da Educação, afastasse, "in limine" de imediato, o diretor da escola sobre quem recai esta

acusação, em nome da tranquilidade dos pais e dos alunos, e após o competente inquérito policial, e após a prova, na justiça, o diretor, aí sim, se absolvido, deveria voltar à direção da escola, mas, não é possível imaginarmos que um diretor que tem três denúncias possa continuar trazendo a intranquilidade até o desespero à população estudantil e à população honrada e honesta do município que Vossa Excelência representa nesta Casa.

Por isto, eminente Deputado, os cumprimentos desta Liderança, a solidariedade deste Deputado, na certeza de que Vossa Excelência nada mais faz, do que exercer bem o seu mandato de representante daquele digno e valoroso povo.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço do eminente

Líder da nossa Bancada o aparte de Vossa Excelência que vem valorizar o nosso pronunciamento afirmando que, quando pedimos ao Sr. Secretário de Segurança Pública que determine a abertura do competente inquérito, a fim de serem apuradas as graves denúncias contra Olindo Rodrigues, mesmo de posse desse documento é preciso que haja o competente inquérito para apurar essas irregularidades ou não, mas, cabe, acredito eu, e hoje mesmo alguém me falava quando saía de casa, que ouviu o meu pronunciamento através da TV Tibagi, e que eu estava preocupado, e na realidade estou, preocupado porque é preciso que se tomem medidas urgentes.

Por isto, o meu apelo à Secretaria da Educação que afaste o quanto antes este diretor, para apurar irregularidades, e se ele não tiver nada, voltará ao cargo e vai-se depois processar quem levantou a calúnia contra este diretor.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Concede-me um aparte?

(Assentimento)

Prezado Deputado Gilberto Carvalho: Nós não colocamos, neste momento, em discussão a atuação de Vossa Excelência nesta Casa. Vossa Excelência sempre procurou cumprir bem o seu papel, e acho que está fazendo bem também neste momento.

Mas, Vossa Excelência há de convir comigo, de que não podemos prejudicar este professor por causa de uma acusação que pode ser falsa. Eu não sei a data desta acusação, mas parece-me que o Sr. Olindo Rodrigues assumiu a direção da Escola Estadual "Godoy Moreira", ensino de 1º grau, há pouco tempo.

Veja bem, prezado Deputado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - É datada de 16 ou 26 de março. Parece-me que não existe uma preocupação geral dentro do município de São João do Ivaí em termos escolares, em termos de paz, porque este professor é diretor de uma escola de um distrito de São João do Ivaí e o nobre Líder do PDS demonstrou um pouco de falta de conhecimento do assunto, quando afirmou que existia um medo generalizado dentro do Município de São João do Ivaí.

De qualquer maneira, prezado Deputado, eu respeito a sua atuação parlamentar, como sempre respeitei todos os colegas desta Casa, e também preocupado com isto, foi que chamamos a Sra. Inspectora municipal para que entregasse ao Departamento Jurídico da Secretaria de Educação essas acusações que Vossa Excelência tem em seu poder, e isto foi feito prezado Deputado, na manhã de hoje, demonstrando que nós, como representantes também daquele município e daquela região, estamos preocupados com o assunto, e iremos nos preocupar sempre, prezado Deputado, principalmente em termos de ensino, de jovens, que são o futuro do município e o futuro do Paraná.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Fico satisfeito com a preocupação de Vossa Excelência, e quando Vossa Excelência diz que é um distrito e não um município, mas, o distrito está dentro do município, e é um distrito que merece preocupação também. Há uma grande escola, um número grande de alunos, e, para que todos tomem conhecimento, este diretor não foi indicado pela comunidade. Lá não houve lista tríplice, indicando o segundo ou terceiro, lá foi lista única mesmo, foi a indicação de um, e nomeado pelo Prefeito; não é nomeado pelo Estado

não, colocado à disposição do Estado, isso eu já mencionei o dia que fiz a mensagem.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência sabe, Sr. Deputado, que na ocasião das eleições próximas passadas existiam oito candidatos a Vereador naquele município, e o único que foi eleito recebendo o respaldo popular do distrito de Godoy Moreira foi o professor Olindo Rodrigues. Então ele tem o respaldo da população daquele município. E não podemos, agora, proceder palavras injuriosas, imorais e à dignidade daquele professor, daquele chefe de família se não temos provas concretas.

Vossa Excelência denunciou, é seu papel; nós viemos em defesa desse professor porque também é o nosso papel; muito obrigado prezado Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Encerrando, Sr. Presidente, nobre Deputado Artagão, eu vou passar às mãos de Vossa Excelência, já que Vossa Excelência se preocupa. A preocupação minha, não é a defesa do professor, mas a defesa daqueles alunos, daquela escola. Eu espero, se a Inspectora aqui está hoje, que ela tome providências e que apure estas irregularidades, e que ela possa comprovar, até o contrário.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento)

Reafirmo o que disse nobre Deputado, há um pânico no setor escolar em São João do Ivaí; e ele existe em razão do comentário permanente em todo Município. Conheço a escola a que se refere o Deputado Mattos Leão. Sei que ela fica num distrito, mas no momento em que a suspeição existe sobre aquela escola, são colocados sob suspeição todos os outros diretores das escolas de São João do Ivaí; porque não se pode imaginar que um diretor de uma escola tenha um comportamento de acordo com o que está relatado nas graves denúncias que Vossa Excelência tem em mãos.

Diretor de uma escola tem que ser que nem a mulher de César: não basta ser honesto, precisa parecer honesto; o que não é o caso do professor em tela.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Consulto à Liderança do PDS se fará uso do restante do horário que lhe é destinado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Havendo declinado, está encerrado a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando um Sr. Deputado para substituir o Titular na Comissão Parlamentar de Inquérito que deverá estudar irregularidades do "Jogo do Bicho". - À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados: 3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 101/83.

(Mensagem nº 113/83 - ex-Proposição nº 108/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o 3º Termo Aditivo de 17/02/82, ao Convênio celebrado em 18/12/80, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, objetivando execução das atividades do Sistema de Produção de Sementes e Mudas Fiscalizadas no Estado do Paraná. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 102/83, de autoria do DEPUTADO NILSON SGUAREZI, que assegura aos ex-Deputados Estaduais os Títulos e Tratamentos adquiridos quando no exercício de mandato eletivo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade.

Emenda - **Aprovada.**

Projeto - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 105/83, (Mensagem nº 122/83 - ex-Proposição nº 123/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 07/02/83, sob o nº 19/83, através da Secretaria do Planejamento e o Município de Marechal Cândido Rondon, objetivando implantação de um microsistema de abastecimento de Água na sede Distrital de Iguaporã e Vila Bom Jardim. - **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 106/83, (Mensagem nº 108/83 - ex-Proposição nº 103/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova Convênio nº 66/83, celebrado entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior e a SUDESUL, com interveniência da SUCEPAR, objetivando execução do "PRONOROESTE". - **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 107/83, (Mensagem nº 123/83 - ex-Proposição nº 124/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos Aditivos, que revigoram os Convênios de 26/07/83, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, visando execução de obras de interesse público. - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 108/83, (Mensagem nº 128/83 - ex-Proposição nº 128/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 19/08/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Assis Chateaubriand, para execução do "PRONOROESTE". - **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 109/83, (Mensagem nº 125/83 - ex-Proposição nº 126/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de 04/08/83, consubstanciado na Resolução nº 231/83, de alteração dos Atos Constitutivos integrantes de Convênio que criou o Sistema CODESUL - BRDE, firmado pelos Governadores do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com as conseqüentes alterações regimentais na forma proposta. - **Aprovado, artigo por artigo.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 147/83, oriunda da Mensagem Governamental nº 107/83, VETO PARCIAL apostado ao Projeto de lei nº 158/83, de autoria do Poder Executivo e referente ao Orçamento-Programa Anual do Estado, para o Exercício Financeiro de 1984. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por maioria.

Of. nº DTL/107/83

Curitiba, 12 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 080/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 158/83, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1984, tendo o veto apostado incidido sobre as expressões "ad-referendum" da Assembléia Legislativa", constantes do "caput" do art. 5º e sobre as expressões "em consonância com o Decreto-Lei nº 2019 de 28 de março de 1983", constantes do DETALHAMENTO DO PROGRAMA DE TRABALHO DAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA - Recursos do Tesouro, de fls. 57 (Tribunal de Contas) e repetidas 'ipsis-litteris' em detalhamento de idêntico Programa, de fls. 63 (Tribunal de Justiça) e 67 (Tribunal de Alçada), do Anexo III, do Projeto de Lei em causa, todas oriundas de Emendas desta Augusta Casa de Leis.

A negativa de sanção às já mencionadas expressões do "caput" do art. 5º, deve-se às grandes dificuldades quanto à perfeita exequibilidade da sistemática pretendida, tendo-se em conta, principalmente, o fato de que, se a execução orçamentária processa-se a partir do início do exercício financeiro, os atos de gestão orçamentária praticados anteriormente ao questionado referendo, que, na melhor das hipóteses ocorreria no final do 1º trimestre (a Assembléia Legislativa reúne-se a partir de 1º de março) ficariam, por algum tempo, sem a plena e necessária sustentação legal, o que seria totalmente inadmissível.

No que respeita às também já mencionadas expressões que vieram nas "especificações" do Detalhamento do Programa constante de Fls. 57 (TC) e repetidas em iguais programas de fls. 63 (TJ) e 67 (TA), do anexo III, do Plano de Lei em exame, não foi possível acolhê-las uma vez que, decisão plenária unânime do Supremo Tribunal Federal, (Representação nº 1155-1-DF), firmou o entendimento no sentido de que, "o artigo 1º do Decreto-Lei nº 2019, de 28/03/83, se aplica tão somente aos magistrados remunerados pelos cofres da União". (D.J.U., de 11/11/83).

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) José Richa.

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 147/83.

A presente Proposição nº 147/83, oriunda de veto governamental apostado ao Projeto de Lei nº 158/83, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais e constitucionais.

De acordo com o ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do Veto, verificamos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional. (§1º do art. 28 da Const. Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) Djalma de Almeida César - Presidente; Edmar Luiz

Edmar Luiz Costa - Relator.

Sobre o mesmo, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Mário Pereira e Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando destaque para a votação na Proposição n.º 147/83, sobre a expressão "ad referendum" da Assembléia Legislativa, constante do "caput" do art. 5.º, do Projeto de Lei n.º 158/83, veto parcial do Senhor Governador do Estado. **Aprovado.**

A Presidência colocará, atendendo ao aprovado no requerimento já lido, em votação, com destaque à expressão "ad referendum" da Assembléia Legislativa, constante do Projeto de Lei n.º 158/83.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Os Senhores Deputados que aprovam a redação original constante do artigo 5.º - "ad referendum" - da Assembléia Legislativa, permaneçam como estão. Está aprovado, ficando rejeitada a expressão "ad referendum". A Mesa retifica as declarações. Com a aprovação dos Senhores Deputados, permaneça na redação do artigo 5.º do Projeto de Lei n.º 158/83, as expressões "ad referendum" da Assembléia Legislativa.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem. Eu queria que Vossa Excelência registrasse nos Anais da Casa, de que a manutenção da expressão "ad referendum" foi feita por unanimidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Será Anotado. A Presidência coloca em votação os demais vetos que contêm no Projeto de Lei n.º 158/83. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Estão rejeitados os demais vetos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela ordem).

Vossa Excelência colocou em votação de acordo com o Regimento da Casa, a discussão única da Proposição n.º 01/84, veto parcial, do Senhor Governador. E não os demais vetos que tratam de assuntos inclusive distintos, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não, a Mesa informa ao ilustre Deputado que colocou em discussão, logo após, colocou em votação o requerimento pedindo destaque.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA Pela ordem. Vossa Excelência colocou em pedido de destaque, foi da Proposição n.º 147, Vossa Excelência pode ter colocado em discussão os vetos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Esclarecendo Vossa Excelência, o requerimento aprovado pela Casa diz o seguinte: "Requeiro com base no Regimento Interno, destaque para votação na Proposição, sobre a expressão "ad referendum" da Assembléia Legislativa, constante do "caput" do artigo 5.º, do Projeto de Lei n.º 158/83, veto parcial do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado."

A Mesa colocou em discussão o projeto, logo após, colocou em votação o requerimento, que foi aprovado. E a votação se procedeu de acordo com o requerido e aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Eu agradeço. Trata-se então, da votação do veto do Projeto n.º 158/83. Nós iremos analisar os vetos subsequentes, constantes da Ordem do Dia, de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Eu coloquei em votação o restante dos vetos ao mesmo Projeto de Lei.

O SR. NILSO SQUAREZI - Pela ordem.

Vossa Excelência, quer me parecer, ao anunciar o resultado, teria afirmado de que estariam rejeitados os demais vetos e não foi esse o resultado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Pelo resultado da votação em resposta a Vossa Excelência, estão mantidos os demais vetos contidos neste projeto.

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição n.º 01/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º 108/83, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n.º 130/83, de autoria do Poder Executivo que concede ao Funcionalismo Público Civil e Militar e aos Pensionistas do Estado, Gratificação Especial, correspondente ao vencimento ou soldo básico, conforme especifica. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.

Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

Of. n.º DTL/108/83

Curitiba, 13 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento o ofício n.º 86/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n.º 130/83, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo a concessão de uma gratificação especial aos funcionários civis e militares do Estado, no valor do respectivo vencimento ou soldo básico, a ser paga exclusivamente no mês de dezembro de cada ano. O veto parcial aposto incidu sobre o § 3.º, do art. 1.º, sobre o § 2.º, do art. 3.º e sobre o § 2.º, do art. 4.º.

O não acolhimento aos dispositivos acima mencionados decorre de pronunciamentos das Secretarias de Estado das Finanças e dos Recursos Humanos, ambas considerando as medidas neles contidas e que resultam de Emendas dessa Augusta Casa, contrárias aos superiores interesses da Administração, por serem operacionalmente inexecutáveis e até conflitantes com as demais disposições do Plano de Lei em causa.

Quanto ao disposto no § 3.º, do art. 1.º, o pronunciamento expendido pela SEFI esclarece:

O § 3.º do art. 1.º do Projeto de Lei n.º 130/83 não é operacionalmente executável pois resulta em valor diferente do previsto no "caput" do artigo.

Diz o art. 1.º que a gratificação especial corresponde ao valor de vencimento básico ou soldo básico percebido no mês de dezembro de cada ano, enquanto que pelo § 3.º o Estado efetuará mensalmente depósitos em Caderneta de Poupança em valor correspondente a 1/12 (um doze avos) dos vencimentos básicos dos funcionários.

Com o reajuste semestral os valores dos primeiros seis meses serão inferiores ao de dezembro do ano e portanto haveria um crédito a menor, do valor do principal, para pagamento da gratificação em dezembro."

No que se refere ao § 2.º, do art. 3.º e § 2.º, do art. 4.º, a SERH manifestou o atendimento de que:

"A emenda objeto do § 2.º, do art. 3.º, pretende contemplar a família do funcionário falecido, com o pagamento de gratificação especial, no mês seguinte ao da ocorrência do óbito. Essa norma contraria o princípio básico estabelecido para a concessão desse benefício, que é o da percepção exclusivamente no mês de dezembro de cada ano e, com esse fundamento merece ser vetada.

No que tange ao texto do § 2.º, do art. 4.º, é de se observar que o Estado atende a exigência do art. 78, da Constituição Estadual, não existindo pagamento de vencimento ou soldo, em valor inferior ao salário-mínimo. Por essa razão a emenda merece veto."

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 01/84.

A presente Proposição nº 01/84, oriunda de veto governamental aposto ao Projeto de Lei nº 130/83, vem a esta Casa Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais e constitucionais.

De acordo com o Ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do veto, verificamos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional. (§ 1º do Art. 28 da Const. Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1984.

(aa) Djalma de Almeida César - Presidente;

Tadeu Lúcio Machado - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 02/84, oriunda da Mensagem Governamental nº 127/83, VETO apostado ao Projeto de Lei nº 45/83, de autoria da Deputada Amélia Hruschka que dá nova redação ao Artigo 171 da Lei nº 6174, de 16/11/70. (ESTATUTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO). Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por maioria. Em discussão.

Of. nº DTL/127/83

Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 102/83, dessa Presidência, e levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 45/83, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Civis do Estado), a fim de antecipar, aos funcionários do sexo feminino, de 30 para 25 anos de serviços, o acréscimo de adicionais previstos no referido dispositivo.

O não acolhimento do projeto de lei em questão decorre de sua inconstitucionalidade em face do preceito contido no art. 25, § 1º, alínea C, da Constituição Estadual, onde é conferida ao Chefe do Poder Executivo a exclusiva competência para a iniciativa do processo legislativo de leis sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

Reafirmando a inconstitucionalidade apontada, o art. 35, da Carta Estadual, confere, também, ao Governador do Estado a competência para a propositura de leis que concedam vantagens aos servidores públicos ou que, de qualquer modo, venham aumentar a despesa pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) José Richa.

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 02/84.

A presente Proposição nº 02/84, oriunda de veto governamental, apostado ao Projeto de Lei nº 45/83, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais e constitucionais.

De acordo com o ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do veto, verificamos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional. (§ 1º do art. 28 da Const. Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) Djalma de Almeida César - Presidente;

Tadeu Lúcio Machado - Relator.

PROJETO DE LEI Nº 45/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O artigo 171, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 171. Ao funcionário : que completar 25 (vinte e cinco) anos de serviço, se do sexo feminino, ou 30 (trinta) anos de serviço se do sexo masculino, será acrescido seus vencimentos em 5% (cinco por cento), por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O benefício do presente artigo, terá vigência a partir da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, nos termos do artigo 75, item I, alínea "a" da Constituição do Estado do Paraná, reajustando-se os proventos do funcionário do sexo feminino já aposentado".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 30 de novembro de 1983.

(a) Comissão Executiva.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Para discutir, Senhor Presidente. (Assentimento)

Preliminarmente, solicito o encaminhamento do processo, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, o presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Amélia Hruschka, tem por objetivo proporcionar um justo reconhecimento às servidoras do Estado do Paraná que após trinta anos de atividades, regidas pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, Civis do Estado, requerem a sua aposentadoria, com base constitucional. Este reconhecimento, Senhor Presidente, Senhores Deputados, seria nada mais do que uma aplicação simples, por analogia, de um direito que é assegurado ao funcionário do sexo masculino que completa trinta e cinco anos de atividades.

Este funcionário, quando requer a sua aposentadoria, tem direito a 25% de acréscimo em seus proventos de aposentadoria, porque a lei permite que, para cada ano que ultrapassa o trigésimo ano, tem um acréscimo de 5%. Ora, se a funcionária tem direito a se aposentar com trinta anos, deveria ela levar na aposentadoria os 25% que são permitidos ao funcionário do sexo masculino após trinta e cinco anos, porque senão a própria disposição constitucional passa a ser considerada inoperante porque vai forçar a funcionária a permanecer em serviço até trinta anos para que ela possa ter uma remuneração mais condigna.

Essa mesma, Senhor Presidente, já apresentamos anteriormente no ano de 1976 e, lamentavelmente, o Governador da época vetou o projeto de lei. O veto não chegou a ser analisado nesta Casa porque transcorreu o prazo constitucional e regimental e se deu como aprovado o veto. E a valorosa Deputada Amélia Hruschka apresenta agora este plano de lei da mais alta importância para as funcionárias públicas. A lavra de Sua Excelência foi muito feliz. Ao ser objetiva nos artigos que foram aprovados por esta Casa, por unanimidade, e encaminhados à sanção do Governador do Estado.

Lamentavelmente o projeto de lei, apesar de todos os seus méritos, foi vetado pela segunda vez. E assim, a funcionária pública que ao completar os trinta anos de serviços prestados

ao Estado, não terá condições de receber os 25%.

O ex-Deputado Aldo Laval, que foi o meu inspirador para apresentação do projeto de lei, em 1976, e segundo informações da Deputada Amélia Hruschka também foi o que trouxe subsídios para ela, apresentou à Comissão de Constituição e Justiça um longo arrazoado, em que ele defende, com muita propriedade, o direito da mulher funcionária pública a receber o que, por analogia, se constitui em um imperativo de justiça.

Ele analisa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também o aspecto de ordem constitucional. E lança a pergunta, ora se a Constituição reconhece à funcionária pública o direito de aposentadoria com trinta anos, por que não dar à ela o real direito de receber aquilo que conquistou ao longo dos anos, à semelhança do funcionário público?

Achamos também, Sr. Presidente, que a Constituição não estará sendo bem apresentada se este veto for mantido por este douto e esclarecido Plenário.

Por estas razões votarei pelo, projeto da nobre Deputada Amélia Hruschka e contra o veto do Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Continua em discussão a Proposição 02/84. Em votação. **Rejeitando o projeto, mantido o veto.**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 03/84, oriunda da Mensagem Governamental nº 128/83, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei nº 53/83, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que dá nove redação ao Artigo 43 da Lei nº 7074, de 02/01/79. (HONORÁRIOS DE ADVOGADOS EM AÇÕES E EXECUÇÕES FISCAIS EM FAVOR DO ESTADO) . Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. **Rejeitado Projeto, mantido o veto.**

Of. nº DTL/128/83

Curitiba, 30 de dezembro de 1983

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 99/83, dessa presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 53/83 em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar a redação do art. 43, da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, que dispõe sobre a verba de honorários de advogados devidos nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões "dois (2) parágrafos e", constantes do "caput" do art. 1º, e, no pretendido novo texto ao art. 43, sobre as expressões "segundo os critérios abaixo indicados", do "caput" e sobre o disposto nos incisos I e VI e nos parágrafos 1º e 2º.

O não acolhimento às partes vetadas decorre de pronunciamento expendido pela Procuradoria Geral do Estado, segundo o qual:

"A redação dada ao art. 43 da Lei nº 7074/79, pelo projeto em análise é de manifesta contrariedade ao que está disposto em duas leis federais, sendo por isso mesmo, inaplicável.

A Lei Federal nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil), no art. 20, prevê:

"A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipar e os honorários advocatícios".

Por seu turno, a Lei Federal nº 4215, de 27 de abril de 1963, no art. 99, § 1º, reza:

"Tratando-se de honorários fixados na condenação, tem o advogado DIREITO AUTÔNOMO para executar a sentença nessa parte, podendo requerer que o precatório, quando este for necessário, seja expedido em seu favor" (sem grifo no original).

Assim, conjugados os dois dispositivos legais supra-citados, conclui-se que os honorários de condenação pertencem ao advogado e não à parte. Esta é a opinião manifestada por Eugênio Haddock Lobo e Francisco Costa Netto:

"A não ser que disponha em contrário o contrato ou que

resolver desobrigar o seu cliente dos honorários ajustados, tem o advogado, no caso de HONORÁRIOS CONCEDIDOS POR SENTENÇA, o direito de receber tais honorários e mais os contratados" (grifos do original). (Comentários ao Estatuto da O.A.B. e às Regras da Profissão do Advogado, Ed. Rio, p.310, 1978).

A jurisprudência dos tribunais tem confirmado o entendimento de que os honorários de condenação pertencem ao advogado.

Assim se manifestou o Tribunal Federal de Recursos:

"Se os honorários pertencem ao advogado, não há falar em compensação que o cliente possa exercer, com base nesses honorários, relativamente à parte contrária". (Ac. nº 68799-RH, publicado no D.J.U. de 02/04/81, p.2776).

No mesmo sentido, o excelso Supremo Tribunal Federal:

"Honorários Profissionais. Direito Autônomo do Advogado para executar a condenação nessa parte. Dúvidas dissipadas pelo novo Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil".

E, no corpo do acórdão, afirma o Ministro Evandro Lins e Silva:

"Como bem salienta o acórdão recolhido, os honorários eram devidos ao advogado, e, assim, não era possível ao ora recorrente efetivar acordo com o seu opositor, sem ressaltar os direitos daquele e se o fez, pagando-o, incorreu no princípio de que quem paga mal paga duas vezes" (R.T.J. 43/844).

Pelas considerações tecidas, somos de opinião de que o projeto, se sancionado não terá condições de aplicabilidade, por contrariar dispositivos de Leis Federais. Logo, opinamos pelo seu veto.

Contudo, pode o projeto ser aproveitado para que seja dada correta redação ao art. 43, da Lei nº 7074/79, desde que seja vetado parcialmente, para o fim de estabelecer que os honorários de sucumbência pertencem integralmente ao advogado.

Para tanto, basta que se vete no "caput" do art. 1º as expressões "dois (2) parágrafos e" e no texto proposto pelo projeto, no "caput", o seguinte trecho: " segundo os critérios abaixo indicados"; e que o veto atinja também todos os incisos e os dois parágrafos".

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) José Richa.

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição nº 03/84.

A presente Proposição nº 03/84, oriunda de veto governamental, apostado ao Projeto de Lei nº 53/83, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais.

De acordo com o ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do veto, verificamos:

I - que o veto foi apostado dentro do prazo constitucional. (§ 1º do art. 28 da Constituição Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;

Relator - Ilegível.

Sanciono, com o veto às expressões "dois" (2) parágrafos e", constantes do "caput" do art. 1º, e, no pretendo no texto do art. 43, da Lei nº 7074/79, sobre as expressões "segundo os critérios abaixo indicados", do "caput" e sobre o disposto nos incisos I e VI e nos parágrafos 1º e 2º, pelas razões anexas.

Em 30 de dezembro de 1983.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 53/83

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O artigo 43, da Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, passa a ter dois (02) parágrafos e a seguinte redação:

“Art. 43 — As importâncias relativas à condenação na verba de honorários de advogados, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, reverterão ao patrocinador da causa, seguindo os critérios abaixo indicados:

I —	sucumbência	até	40	ORTNs	100%
II —	de	41 a	80	ORTNs	95%
III —	de	81 a	120	ORTNs	90%
IV —	de	121 a	140	ORTNs	85%
V —	de	141 a	200	ORTNs	80%
VI —	de	201	ORTNs acima		75%

§ 1.º — Os percentuais excedentes aos correspondentes à sucumbência do patrocinador da causa, serão revertidos à Secretaria da Justiça, dotada especificamente à manutenção da Assistência Judiciária Gratuita, sendo proibida a aplicação de tal dotação à qualquer outro fim, sob pena do percentual ser revertido ao fundo assistencial da Governadoria.

§ 2.º. Até a regularização final da Assistência Judiciária Gratuita, a dotação deverá ser aplicada em caderneta de poupança gerida por entidades financeiras pertencentes ao Estado, sendo vedada sua utilização a qualquer fim fora do específico.”

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 30 de novembro de 1983.

(a) Comissão Executiva.

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição n.º 04/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º 126/83, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei n.º 254/83, de autoria do Executivo que aumenta em 65% (sessenta e cinco por cento) os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 1.º/01/1984. Com PARECER da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. **Rejeitado o Projeto, mantido o veto.**
Of. n.º DTL/126/83

Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 137/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente o Projeto de Lei n.º 254/83, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo majorar, a partir de janeiro de 1984, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas, da Magistratura, Ministério Público e Membros do Tribunal de Contas e o soldo dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Visa, ainda, adotar outras providências, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do art. 8.º e de seus parágrafos.

As mencionadas disposições não puderam ser sancionadas tendo em vista que ainda não poderão ser consideradas operacionalmente exequíveis, não só por falta dos necessários mecanismos de controle e administração dos depósitos de que tratam, como também pela inexistência de programação financeira e orçamentária para tal, eis que a Lei n.º 7770, de 13 de dezembro de 1983,

instituidora do benefício denominado gratificação especial, prevê expressamente encargos e dispêndios tão somente para o mês de dezembro de cada ano.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ.

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer à Proposição no 04/84.

A presente Proposição n.º 04/84, oriunda de veto governamental, aposto ao Projeto de Lei n.º 254/83, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais e constitucionais.

De acordo com o Ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do veto, verificamos:

I - que o veto foi aposto dentro do prazo constitucional. (§ 1.º do art. 28 da Constituição Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) Djalma de Almeida César - Presidente;

Edmar Luiz Costa - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição n.º 05/84, oriunda da Mensagem Governamental n.º 125/83, VETO aposto ao Projeto de Lei n.º 79/82, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que dispensa o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, das atividades normais de seus cargos públicos, conforme especifica. Com Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade.— Em votação.

Of. n.º DTL/125/83

Curitiba, 29 de dezembro de 1983.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 98/83, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o art. 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 79/82, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, sem prejuízo financeiro e funcional, ficam dispensados das atividades próprias de seus cargos de funcionários públicos.

A negativa de sanção ao plano de lei em causa é devida ao disposto no art. 25, § 1.º, letra c, da Constituição Estadual, que confere ao Governador do Estado a competência para iniciar o processo legislativo de leis que disponham sobre servidores públicos do Estado e seu regime jurídico.

Por outro lado, não obstante o veto aposto em face dos imperativos constitucionais citados, vale ressaltar que o governo do Estado não é contrário ao mérito da proposição, tanto assim que recentemente assumiu compromisso com os dirigentes da classe do magistério, com vistas a atender reivindicação nesse sentido. O Poder Executivo pretende, portanto, oportunamente enviar Mensagem à consideração da Assembléia Legislativa do Estado acompanhada de anteprojeto de lei consubstanciando medida legal semelhante à versada no projeto de lei ora vetado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHA.

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 05/84.

PARECER

A presente Proposição nº 05/84, oriunda de veto governamental, aposto ao Projeto de Lei nº 79/82, vem a esta Comissão de Constituição e Justiça, para fins de análise nos termos regimentais e constitucionais.

De acordo com o ofício em que Sua Excelência o Senhor Governador do Estado comunica as razões do veto, verificamos:

I - que o veto foi aposto dentro do prazo constitucional. (§ 1º do art. 28 da Constituição Estadual).

II - as razões apresentadas estão devidamente assentadas em motivos que atendem aos quesitos pertinentes aos interesses de ordem pública e constitucional.

Diante do exposto temos que a Proposição está em condições de ser apreciada pelo Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de abril de 1984.

(aa) Djalma de Almeida César - Presidente;

Caíto Quintana - Relator.

PROJETO DE LEI Nº 79/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Presidente, o Secretário e o Tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, sem prejuízo financeiro e funcional, ficam dispensados das atividades próprias de seus cargos de funcionários públicos.

Parágrafo único. A carga horária a que cada um desses diretores está obrigado a cumprir no serviço estadual deverá ser aplicada, exclusivamente, em proveito da Entidade acima mencionada.

Art. 2º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX", em 30 de novembro de 1983.

(a) Comissão Executiva.

O SR. AIRTON CORDEIRO (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, apenas para declarar o meu voto contrário ao veto do Sr. Governador do Estado que renova a sua intenção veemente de ser num Governo do Paraná, um homem totalmente diferente daquele que ocupou cadeiras no Parlamento brasileiro e, que em suas pregações públicas buscou sempre as prerrogativas para o Poder Legislativo do Brasil.

E me reservo o direito de, oportunamente, fazer uma apreciação mais ampla sobre o veto do Governador do Estado a este projeto de lei de nossa autoria.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o projeto. Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge Halik, ocorrido no dia 3 de abril, do corrente ano, no Município de Santa Izabel do Ivaí.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o voto de regozijo pelas comemorações alusivas aos 165 anos de fundação do Município de Palmeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 165º aniversário do Município de Palmeira.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo de uma Vara Especializada em Execução Fiscal, bem como mais uma Vara Criminal, no Município de Maringá. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência, denunciando preocupações que evidenciam incompatibilidade existente entre a Agência Jurisdicionária e a clientela previdenciária.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a destinação de uma viatura e um rádio para a Delegacia de Polícia do Município de Engenheiro Beltrão.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Presidente da Telepar, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a ampliação da rede de telefone para a zona rural no Município de Boa Esperança.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo a abertura, bem como a destinação de recursos para o Posto de Saúde no Distrito de Água Fria, Município de Iretama. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Televisão Paranaense Canal 12, com sede nesta Capital, pela estréia do programa denominado "Projeto Zero a Seis - Primeiro Mundo". - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário do Interior, encarecendo a implantação de um poço semi-artesiano, bem como rede de distribuição de água potável, na localidade de Porto Figueira, no Município de Umuarama.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, a concessão de auxílio para a Santa Casa de Misericórdia do Município de Paranaguá. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Anibelli constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento do acesso secundário de Palmas, saída para o Município de Clevelândia. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Superintendente do IPE, encarecendo informações quanto à reunião daquele Instituto no Hotel Iguaçu Campestre, bem como quanto ao fechamento da Farmácia localizada na Alameda Dr. Muricy. -Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando transcrição nos Anais da Casa, dos documentos elaborados pelos Srs. Secretários de Finanças, e dirigidos ao Sr. Ministro da Fazenda. -Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª . DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 107/83, 108/83, 109/83.

2ª . DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83. Lenanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NILSO SGUAREZI, EM SESSÃO DO DIA 09 DE ABRIL DE 1984.

Brasília, 29 de fevereiro de 1984.

Senhor Presidente:

Os Secretários de Fazenda e/ou Finanças, reunidos nesta Capital, vêm externar a Vossa Excelência a preocupação com o processo decisório relativo a medidas que dizem respeito aos Estados na esfera financeira.

Enquanto consultas e debates ocorrem mesmo que parcialmente sobre o aspecto tributário no CONFAZ, não existe fórum próprio em matéria financeira. Mais grave ainda é o fato de que a Federação exige que Senado, União e Estados interajam.

Na prática, a intermediação entre os Estados e o Senado acerca de pleitos de endividamento não tem tido seqüência, transformando a União em distância decisiva e final.

A Resolução 62 do Senado Federal, seja por essa obstaculização ou por expedientes indiretos, com a resolução 831 do Banco Central, de fato não vem sendo observada, o que fere o princípio federativo. O recente programa dito de saneamento dos Bancos Estaduais não veio a debate, o que retirará a objetividade do instrumento, quanto menos por compromisso.

Os Secretários de Fazenda chegaram ao consenso ainda, Senhor Ministro, de que os recursos devam ser compatíveis com as necessidades da população. Por outro lado, acham que deva ser observada a relação de ordem dos dispositivos constitucionais, com o cumprimento dos mesmos para com os Estados que, por sua vez, se ressentem da falta de representatividade junto ao Conselho Monetário Nacional.

O Senado Federal, Senhor Ministro, ainda deve ser considerado o fórum de debates e decisões dos problemas e conflitos entre os Estados. Através do Congresso Nacional, deveria ocorrer o fortalecimento da Federação, com a reforma do Sistema Tributário Nacional e a revitalização da "Emenda Passos Porto" na sua forma original.

Finalmente, a revisão do processo que interrompe as relações previstas entre o Senado e os Estados garantirão a abrangência da Resolução 62 e a responsabilidade de todos num objetivo comum.

(assinaturas ilegíveis) Atenciosamente,
Brasília, 29 de fevereiro de 1984

Senhor Ministro da Fazenda,

A escassez de recursos dos Governos estaduais para a satisfação de suas mais elementares necessidades - pessoal e custeio - obriga hoje os Secretários de Fazenda a identificar e buscar receitas onde quer que lhes pareçam elas existirem.

Essa busca fez-nos chegar à conclusão de que os Estados não dispõem de elementos que permitam acompanhar as transferências dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados e dos demais tributos em que haja mecanismos de repasse. O Banco do Brasil, encarregado de operacionalizar tais transferências informa apenas os percentuais atribuídos e os valores efetivamente creditados.

Dúvidas, entretanto, têm sido levantadas, primeiro na imprensa e depois no próprio Congresso Nacional, sobre a correção dos valores creditados aos Fundos. É notório, inclusive, que o próprio Tribunal de Contas da União, após auditoria levada a efeitos nos órgãos competentes, não se aventura ainda a opinar conclusivamente sobre a matéria.

Constituiria grave omissão nossa, a esta altura, ignorar assunto de tamanha relevância, exatamente em um momento em que não podemos, por razões sobejamente conhecidas, abrir mão de um centavo sequer dos parcos recursos com que contamos para pelo menos manter funcionando a máquina estadual.

Seguindo a mesma linha de atuação, entendemos ser de nosso dever questionar a forma como foi procedido o repasse do Fundo de Participação, no mês de janeiro, último, para Estados e Municípios.

É que, já na vigência da Emenda Constitucional n.º 23, a conhecida "Emenda Passos Porto", esse repasse se fez tomando-se por base os critérios anteriores, como se a lei nova não tivesse majorado as alíquotas.

Adotou-se, na espécie, o chamado regime de competência. É curioso, entretanto, que, ao arrecadar os tributos que formam o Fundo, a União adote o "regime de caixa". Isso se torna evidente quando se sabe que as novas alíquotas do IR sobre rendimento de capital, introduzidas pelo Decreto-lei n.º 2065, estão sendo aplicadas desde 1.º de janeiro de 1984, embora incidindo sobre operações contratadas no ano anterior, quando as alíquotas vigentes eram menores.

Utilizar regime diferente na ocasião das transferências parece-nos, além de ilegal, profundamente injusto, pois representa inegável atitude discriminatória.

Com relação ainda à participação dos Estados em tributos federais, os Secretários de Fazenda manifestam sua estranheza quanto a recente Resolução n.º 891 do Banco Central, que faz incidir IOF sobre as operações de câmbio relativas às importações de petróleo.

Tal medida é extremamente deficiente de ser aceita pelo que representa de esvaziamento da Emenda Constitucional n.º 23, ainda mais quando é manifesto que o instrumento competente para a tributação do petróleo é, por força da Constituição, o Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos. Embora o IOF esteja incidindo sobre o câmbio na realidade constitui ônus sobre o petróleo e seus derivados, já que irá integrar seu custo final.

Em razão das considerações aqui expandidas, solicitamos a Vossa Excelência:

a) que nos sejam fornecidos "espelhos" detalhados das operações dos Fundos de Participação e Especial (débitos e créditos) de forma a permitir a comparação entre os valores efetivamente arrecadados e os rateados;

b) que sejam repassados, devidamente corrigidos, os valores correspondentes à majoração das alíquotas previstas na Emenda Constitucional n.º 23, relativamente ao mês de janeiro de 1984;

c) que seja revogada a Resolução n.º 891 do Banco Central, transferindo-se o ônus tributário incidente sobre o petróleo para o âmbito do Imposto Único, que é o tributo de fato pertinente ao produto.

Atenciosamente,

(assinaturas ilegíveis)